

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.167 - PR (2016/0223918-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : AEDEC ASSOCIACAO DE ESTUDOS E DE DEFESA DO  
CONTRIBUINTE  
**ADVOGADOS** : ELI PEREIRA DINIZ E OUTRO(S) - PR005587  
JHONATHAS APARECIDO GUIMARÃES SUCUPIRA -  
PR042382  
**RECORRIDO** : ROQUE HORTELA  
**ADVOGADOS** : ANACLETO GIRALDELI FILHO E OUTRO(S) - PR015502  
JOSÉ MARCOS CARRASCO - PR016909  
GEANDRO DE OLIVEIRA FAJARDO - PR035971  
**INTERES.** : BANCO DO BRASIL SA

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto, no âmbito de ação civil pública - a qual foi ajuizada por AEDEC ASSOCIACAO DE ESTUDOS E DE DEFESA DO CONTRIBUINTE, visando à discussão de irregularidades ambientais -, contra acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROPRIEDADE RURAL. AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. INEXIGIBILIDADE LEGAL. NORMA EM BRANCO. NECESSIDADE DA INSTITUIÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DOS PEDIDOS. SENTENÇA MANTIDA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONFIGURADA. APLICAÇÃO DO ART. 18 DO CPC C/C ART. 17 DA LEI nº 7.347/85.*

*1. A previsão de averbação da Reserva Legal, contida no novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12), trata-se de "norma em branco", pois somente pode ser exigida após a criação do Cadastro Ambiental Rural - CAR.*

*2. O ajuizamento de demanda com o nítido intuito de obter vantagem financeira indevida do requerido, autoriza a condenação da autora à má-fé, nos termos dos art.(s) 17 e 18 do CPC, c/c art. 17 da Lei nº 7.347/85*

*RECURSO NÃO PROVIDO.*

É o relatório. Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que a relação jurídica é de direito público, qual seja, recomposição de área de reserva legal, cuja competência é da Primeira Seção do STJ.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 1532880/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 29/11/2018, REsp 1544714/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 24/8/2018, REsp 1579593/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 28/08/2018.

Nessas condições, **determino** a redistribuição do presente feito a um dos eminentes Ministros integrantes da Primeira Seção do STJ, conforme o art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator

